

De Banana Republic a barbárie tropical - 6 FEV 1987

Assemb. Const. pag. 43

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

COLUNA DE SÃO PAULO

E stávamos todos ocupadíssimos. De olhos pregados assistindo à instalação da Constituinte, tão desejada. Aquele despropósito inaugural que foi a fala única e solitária do presidente do Supremo. Uma sensaborona aula, com clichês desbotados e surrados sobre a história constitucional. E o povo? Ah, o bom povo brasileiro, lhamo e dócil, mantido à distância por contingentes da Polícia Militar. Aliás, a "principal responsável por incompetência, omissão ou conviência" pelo badernação de 27 de novembro ("Veja", 04/02/87), segundo as conclusões da comissão independente de inquérito. Que o governador José Aparecido teve a coragem cívica, contra a vontade da turma do "deixa-disso" e as ameaças de algumas áreas, de nomear. Dentro do Congresso, aquela solenidade afetada de momentos supostamente graves, como bem captou aqui Cláudio Abramo. Tudo a cores, deavassando os ternos verdes, muito azul e cinza metálico, listras roxas discretíssimas, até um dourado. Um bando de agentes gênero "tontons macoutes" desastrados, tudo fizeram para garantir a segurança (contra quem?) do presidente da República. Que a custo tentava amenizar as trapalhadas do grupo: os desajeitados acabaram entrando pelas portas blindex adentro. Esfregava os olhos, comícios das diretas, votação das diretas, euforia na praça com a eleição de Tancredo Neves. E lá-lhe o malufista Prisco Viana, reconicionado dentro do PMDB, ameaçando ser líder do governo (qual?) no Congresso. E ver os deputados, senadores, numa orgia de ror voto em urna, e nós nada. O Brasil inteiro se perguntando, quando vamos votar nas diretas? Afinal parece que foi para isso que se fez ado; se foi ao Colégio Eleitoral; de ariz fechado, fez-se a inolvidável aliança Democrática, não é mesmo? Mas bem, enleado nessas vagas de lírio e de pesadelo, me convencia, o vai passar. Logo se escreverá a constituinte.

Petulância adorável de alguns eleitos é pretenderem que vão fazer a Constituição na "splendid isolation" que foi assegurada os constituintes de 1891 no Paço de São Cristóvão, no Rio. Porque nem lá havia esse isolamento. Basta nos lembrarmos da ação vigilante de Evaristo de Moraes e de seus companheiros operários, na discussão do Código Penal, exigindo que o direito de greve fosse reconhecido (o que conseguiram). Depois de toda a mobilização das diretas, da consolidação dos movimentos na sociedade civil durante toda a resistência e ditadura, tolice achar que o Brasil precisa ficar bonzinho deixando os homens trabalharem. Nada disso. Todos os movimentos na sociedade têm o direito de convocar os eleitos para saber o que eles vão fazer, especialmente quando a campanha eleitoral para o Congresso foi um fiasco, predominando o voto de legenda, os eleitores desconhecendo seus representantes. Não há nenhum retrocesso ou falta de fé democrática. Agora mesmo, aqui em São Paulo, a nova e promissora diretoria da OAB, sob a presidência de Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, tem uma excelente oportunidade de tirar a instituição do torpor cívico em que está adormecida. Por que os advogados não convidarem toda a bancada paulista, em grupos, para grandes debates públicos, em vastos auditórios, estádios, televisionados, para que ouçamos os constituintes dizer o que pretendem dizer e votar? E ouvirem propostas.

Cada um dos cidadãos, é claro, tem o seu projeto constituinte, o que é ótimo. Agora mesmo a proposta, que está sendo animada pelo governador Franco Montoro, da obrigatoriedade da Constituinte acolher a discussão de propostas formuladas por trinta mil eleitores é excelente. Pode ser até um treino para a Constituinte acolher a proposta de "referendum" a partir da sociedade, como existe na Itália. Várias entidades estão se organizando para preparar suas propostas de capítulos precisos, confor-

me seu mandato. A Comissão Teotônio Vilela logo deverá distribuir o seu, muito sintético e preciso. No que depender de meu gosto, e de alguns companheiros, as exigências já estão postas. Nada incrivelmente retumbante, mas desafios para serem aceitos se quisermos deixar de ser uma "Banana Republic" dissimulada. Criminalização da tortura, não só dos que usam a maquininha e pau-de-arara nas delegacias, mas às autoridades imediatamente responsáveis. Há um texto da Anistia Internacional excelente, e outro do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, igualmente, só escolher e copiar. Criminalização do racismo, defesa efetiva da comunidade negra, ruptura das baboseiras da democracia racial nas palavras e discriminação de fato. Nessa linha, uma política afirmativa que dê as balizas para desbranquear logo o aparelho de Estado, com incentivo, a estruturas de acesso às comunidades discriminadas. Eliminação do foro especial corporativo para as polícias militares, quando no exercício das funções civis de policiamento ostensivo. Ratificação imediata de todas as convenções internacionais de direitos humanos e implantação dos mecanismos de acompanhamento que se fizerem necessários.

Convenhamos, não fica bem durante a Constituinte cada semana uma categoria profissional resolver linchar criminosos. Fico me perguntando porque os motoristas de táxi se julgam com o privilégio de fazer justiça com as próprias mãos: se todos os grupos sociais com assaltados, mortos, fizerem o mesmo de "Banana Republic" passaremos logo para "barbárie tropical". Estimulante se os senhores constituintes, ultrapassando todas as proteções corporativas do Judiciário ousassem meter o bedelho nas condições do exercício da Justiça nesse país depois da trapalhada da reforma Geisel (lembram-se, aquela que foi pretexto para o saudoso pacotinho de abril de 1977). Melhor do que o silêncio e a impuni-

dade assegurada para linchadores e criminosos, tratar logo, da própria Justiça, do sistema penitenciário em frangalhos, das políticas públicas, inesistentes, contra o crime.

Os constituintes poderão desviar o Brasil de sua compulsão "barbárie tropical", já sendo a maior (depois da Índia) democracia com eleições universais regulares, e a mais iníqua (a pior distribuição de renda entre "todos" os países de mais de dez milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial), se não fecharem os olhos. Na democracia não se pode fazer de conta que não se vê. E aí entram outras delicadíssimas questões. Melhor ir preparando o andar para sair. Como o monitoramento e o efetivo controle pelo Parlamento das Forças Armadas, do sistema de informações, da política econômica e da política externa. Isso não se faz por definições conceituais somente (é claro que ordem interna é questão para as forças policiais). No Uruguai, me contava ontem Alfred Stepan, de passagem por São Paulo, em greve geral nenhum tanque ou soldado sai para a rua. E ali, os anais das sessões, em 1986, sobre o orçamento militar no Congresso do país irmão, enchem volumes, apesar de o chefe do Exército, general Medina, que agora se demitiu, tenha sido o mesmo antes e depois da transição. Os senadores em vez de a cada esquina dos corredores terem um contínuo, em Brasília, se levantando (setenta funcionários per capita: é o maior do mundo) precisam ter equipes especializadas, auditores, articulação com centros de pesquisa. Em vez de ficar criando cargos para parlamentares não-eleitos, melhor se sofisticar. Senão a Constituinte acaba e o Congresso Nacional continuará a funcionar como jogo de cena. Tudo muito solene, nenhum poder, como antes na ditadura.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 41, é professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e atualmente é assessor especial do governador do Estado de São Paulo.